

D. João I & D. Filipa de Lencastre

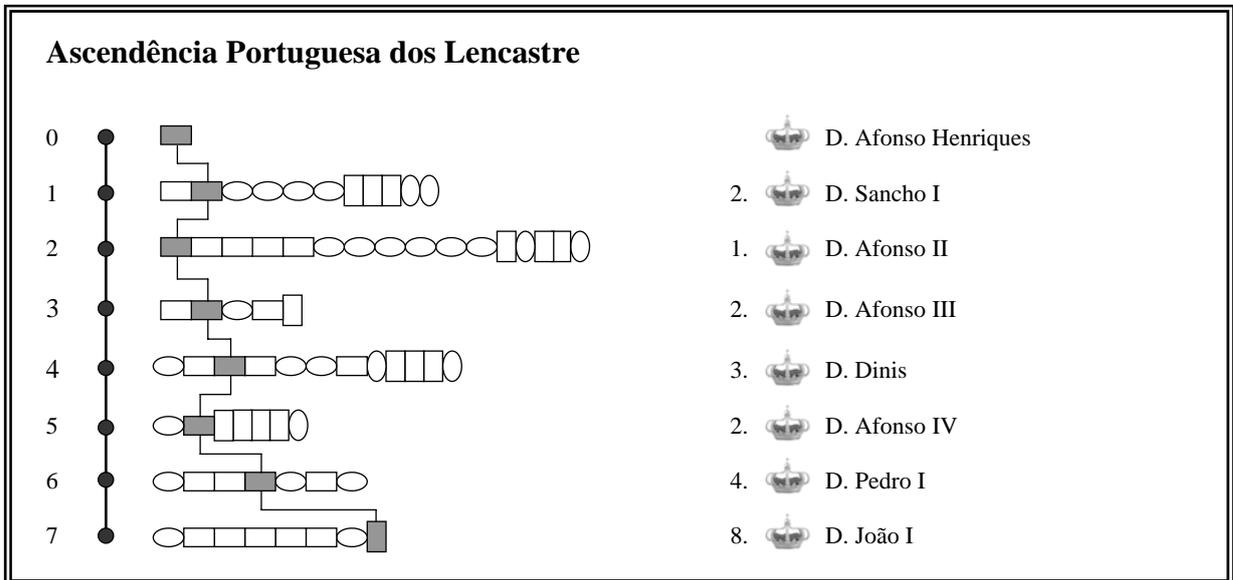
António de Lencastre Godinho

Extraído de "Ascendência Portuguesa da Casa Real",
Notas de António de Lencastre Godinho, Porto, 2005, pp. 113-133



D. João I – O de Boa Memória

2.1.2.3.2.4.8



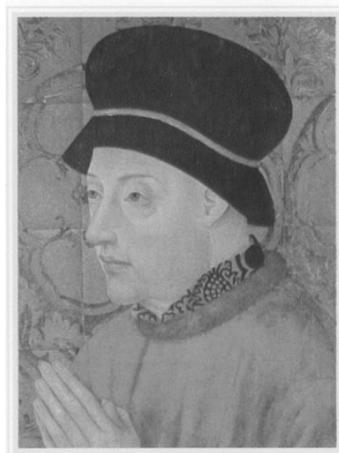
Reinado: 1385-1433

Início do Governo com regente e defensor do Reino: 1384.

Filho natural de D. Pedro I e da dama galega Teresa Lourenço, D. João nasceu a 11/04/1357, em Lisboa. Onde faleceu a 1433. Jaz no Mosteiro da Batalha.

D. Pedro confia a sua educação aos cuidados do avô materno e, mais tarde, a Nuno Freire de Andrade, mestre da Ordem de Cristo.

Segundo alguns biógrafos, D. João: «foi *affabel, magnânimo, favorecedor dos pobres, e grande venerador do culto Divino. De corpo meoã enxuto, e mui bem acomplecionado. Teve o rosto comprido, masi mabri, que gordo, a testa pequena, o cabelo preto, e não muito basto, trouxe-o sempre comprido, e mui concertado, [...]*».



D. João I

Com apenas 6 anos é-lhe entregue pelo Pai, a pedido do mestre da Ordem de Cristo, o mestrado de Avis, que entretanto tinha vagado. Sendo o responsável por uma das ordens mais importantes do País, D. João toma parte em várias negociações levadas a efeito pelo Rei D. Fernando, que sucedera a seu Pai em 1367. Leonor Teles, vendo nele um perigo para a sua hegemonia junto do Rei D. Fernando, tenta em vão livrar-se dele, tramando a sua condenação à morte. Em 1382, por instigação de Leonor Teles, é preso e encerrado no Castelo de Évora; apela ao conde de Cambridge, que exerce a sua influência junto do Rei D. Fernando I, e é libertado.

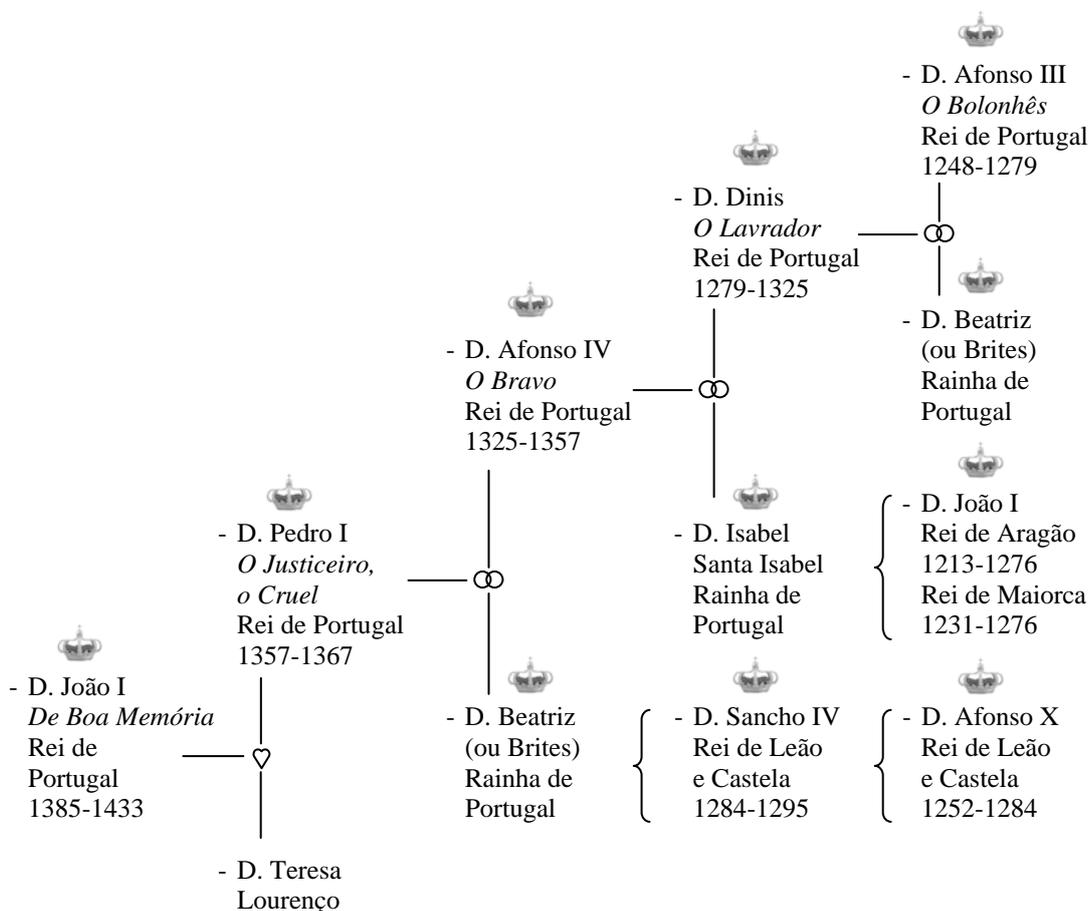
Em 1383 morre D. Fernando I, seu meio-irmão, e inicia-se a crise que dura até 1385. A Rainha D. Leonor assume o seu papel de regente, tal como estava estipulado no testamento do monarca defunto. Na corte a intriga impera, liderada pela regente e pelo seu amigo, o conde João Fernandes Andeiro, que ficou com espaço livre, o que desagradava a um grande número de nobres, entre os quais se inclui D. João. Aceita um plano de Álvaro Pais (antigo chanceler-mor do Rei D. Pedro e depois do Rei D. Fernando) para eliminar o Andeiro e cumpre-o, a 06/12/1383, no Paço Real do Limoeiro, em Lisboa.

A 06/10/1384, D. João é feito «defensor e regedor do Reino».

As cortes haviam reunido em Coimbra, em Abril de 1385, elegendo-o Rei e é aclamado logo a seguir.

Em 1422 decreta a adopção da era de Cristo em vez da era de César.

Ascendência de D. João I:





A parte da costa ocidental africana percorrida pelos navegadores portugueses no

Naquele dia 14 de Agosto de 1385, Aljubarrota decidira-se pela afirmação militar da independência portuguesa. Quatro meses antes, as cortes de Coimbra tinham já designado quem havia de personalizar o estaco de necessidade em que o reino se encontrava. A escolha recaía num filho bastardo de D. Pedro, frade professo da Ordem de Avis, que para o efeito fora designado rei de Portugal. Mas o problema não estava totalmente resolvido, porque, sobre o hábito do frade pesavam as responsabilidades do rei. Na verdade, o interesse nacional exigia algo mais a D. João I: que contraísse matrimónio para assegurar a sucessão dinástica e, com ela, a manutenção da independência.

Renunciando ao hábito, não se sabe a que mais renunciou: se à religião, se ao amor. Porque, como diria Fernão Lopes, a História não se deve “aformosentar” e escrever História não é o mesmo que contar um conto. Sabe-se apenas que D. João, por esta data, era pai de dois filhos ilegítimos (D. Afonso e D. Beatriz) que tivera de Inês Pereira, por sua vez filha de um sapateiro de Veiros.

O casamento que a Nação pedia ao Mestre de Avis tinha as características de todos os casamentos reais. Seria um compromisso pessoal com os interesses do Estado, um contrato que se celebrasse em nome da manutenção e consolidação de tratados favoráveis. Porque – e da História – quem serve por cima permanece em condição cativa; e quem nessa condição se casa não é noivo, mas tão somente um instrumento assumido com que, por essa época, se costumava fazer política.

Foi sob este princípio comum que, seis meses após a assinatura do Tratado de Windsor (09/05/1386), D. João I se propunha casar com D. Filipa, neta de D. Eduardo III de Inglaterra e filha primogénita do Duque de d’Alencastro.

Filipa de Lencastre – uma escolha ponderada

Tanto Portugal como a Inglaterra tinham um inimigo comum: Castela. Portugal, porque desde a morte de D. Fernando tentava arrancar-lhe, a ferros, a sobrevivência como nação independente. A Inglaterra, por se sentir defraudada pelos acontecimentos internos de Castela. Efectivamente, o Duque de Lencastre tinha casado, em segundas núpcias, com a filha de Pedro, “o Cruel”, deposto pelos Trastâmara com o apoio da França. Considerava-se, como tal, herdeiro legítimo do trono, circunstância que tinha dado origem a várias entreajudas militares entre Portugal e Inglaterra, enquanto, no campo oposto, a França alinhava pelo lado de Castela. Foram estas circunstâncias que explicaram, em Aljubarrota, a presença de franceses no exército castelhano e a de ingleses no exército português. E foi sob o efeito das pretensões ao trono de Castela que o Duque de Lencastre se deslocou à Península em Outubro de 1386.

Quem era o Duque dAlencrasto e sua mulher D. Constança.

«Anos parece errarem muito quomtos naquele tempo screpveram a vimda deste Duque e casamento dell Rey com a filha nam poerem que homê hera e o linnhagem domde vinnha. E [...] queremos aquy em breve nembrar, quamto fezer a nos propósito, quem foy seu padre e madre, pois que os reix de Portugall em elle tem graõ divido. Homde, [...], deveis de saber que ell Rey de Imgraterra, dom Duarte o quarto (D. Edward III, Rei de Inglaterra 1327-1377), ouve da Rainha dona Isabell çimquo filhos baroeês. O primeiro, segumdo custume de noso falar, que foi o Primçipe de Galez, chamaraõ dom Duarte (“The Black Prince”) asy como seu padre. O segumdo ouvee nome dom Manuell, que foy Duque de Craremça. E o terceiro diseram dom Joam. O quarto dom Edemomdo. O quimtoThomas Ulestoque, Duque de Glosestre. E tornamdo a falar do terceiro e quarto filhos, acomteço desta guisa: que sendo aquell Ifamte don Joam solteiro, casou com dona Branca (1359 †), filha herdeira do muito homrrado e exçelemte prinçepe dom Amrique, Duque dAlencrasto , huû senhor muy riquo e dalto linhagem e em autos de cavalaria muy famoso. E por bem deste casamemto, sendo o padre dela jaa finado, cobrou elle a homrra do sogro, que aa filha sobçedia, e foy chamado Duque dAlencrasto . Este dom Joam ouve deste sua molher duas filhas e huû filho: e a primeira ouve nome dona Isabell, que foy casada com momsyre Joam dOlamda, Comde de Huntimdom, irmaõ dell Rey Richarte de Imglaterra da parte da madre; a segumda ouve nome dona Felipa, que desta vimda ficou casada com dom Joam Rey de Portuguall de que falamos (D. João I, Rei de Portugal 1385-1433). O filho ouve nome dom Amrique (D. Henrique IV, Rei de Inglaterra 1399-1413), que primeiro foy Comde de Derby e asy Duque de Hereforte, e depois da morte de seu padre foy Duque dAlencrasto e enfim foy Rey de Imgraterra; e asy foraõ depois delle dom Amrique seu filho (D. Henrique V, Rei de Inglaterra 1413-1422) e iso mesmo dom Amrique seu neto (D. Henrique VI, Rei de Inglaterra 1422-1461, 1470-1471). Hora asy foy, como temdes ouvido, que el Rey dom Pedro de Castella (D. Pedro, O Cruel, Rei de Leão 1350-1366 e Castela 1367-1369), estamdo em Sevilha e sabendo que dom Amrique (D. Henrique II de Trastámara, Rei de Leão 1366-1367 e Castela 1369-1379) seu irmão se coroara em Burguos e tomara titollo de rey e lhe dizia que vinha sobre elle, que fogio da cidade, e pasou por Portuguall e se foy a Gualiza e de hy a Bayona, lugar de Imgraterra, levamdo comssiguo suas filhas, comvem a saber: dona Britez e dona Costamça e dona Isabel. E feitas suas avemças cõ o Prinçepe de Gualêz sobre aquella ajuda que lhe de fazer avia, foy posto nos traustos amtre elles comcordados que ataa que o Prinçepe e suas gemtes ouvesem pagamemto de todo o que avia daver, fycasem suas filhas per maneira darrefêis em Imgraterra. A batalha feita como comtamos, el Rey posto em pose do reino, tornouse o Prinçepe bem mall comtemte, sem lhe ser feito pagamemto. Foy ell Rey depois vomçido e morto como ouvistes; ficaram estas Ifamtes orfaãs de todo, sem terras nem remdas nem outra cousa que tivesem; faleçemdo dona Britez per morte, ficaram as duas em tall desemparo. Em esto açertouse de fazer fim de sa vida dona Bramqua, molher do Duque dAlencrasto; e o muy poderoso e mui excemte senhor dom Duarte, Rey de Imgraterrq (D. Edward III, Rei de Inglaterra 1327-1377), vemdo a orfydade destas Ifamtes, husamdo de hûa nobre e façannhosa gramdeza, casou a mayor delas, chamada dona Costamça, cõ este dom Joam Duque dAlencrasto, e dona Isabel a mais pequena, com o seu quarto filho dom Ademom,[Conde de Canbric, que depois foy Duque] dYorqua, o que veyo a este reino em tempo dell Rey dom Fernamdo, [...].

Como partiu o Duque da Corunha e chegou a Santiago.

Este dom Joam, Duque dAlencrasto, hera homem de bem feitos membros, cõprido e direito, não de tamtas carnes como requeria a grandeza de seu corpo, e seria de idade ataa sesemta annos, de poucas caãs seguumdo bem a maõ pêra cessar tall comtemda com homrra de huû e do ouutro, o que ell avir não podia. E asy ficou detreminado, prazemdo a Deus, com a Ifamta dona Filipa»¹

Tendo deixado a família entregue aos cuidados dos monges beneditinos de um mosteiro da Galiza, John of Gaunt (*Joam Duque dAlencrasto*) encontrou-se com D. João I na Ponte do Mouro, entre Melgaço e Monção. Neste encontro acertaram muitas cláusulas e reforçaram-nas por um ajuste de casamento: o Rei de Portugal, sem ter visto nenhuma das infantas, decidira-se pela mais velha, Filipa, então com vinte e sete anos de idade. Foi uma escolha ponderada: afastando-se, por um lado, dos inevitáveis problemas com Castela, não deixava de assegurar, por outro, os benefícios da aliança com a Inglaterra. O compromisso foi tomado no dia 01-11-1386, dia de Todos os Santos.

Como El-Rei e o Duque se viram a primeira vez.

Em pasando asi estas cousas guatavãose os dias, e era ja no mes dOutubro. E o Duque chegou aquele mosteiro de Cela Nova, que he em Gauliza, da Ordê de Sam Bemto, no Bispado dOuremse, açerqua de Milmamda, dez leguoas de Samtiagu, cõ sua molher e filhas e parte de sua gemte. E ell Rey partio do Porto bem coregido e acompanhado; e amtre os apostamentos que asy levava, deu a todos que amdavaõ cõ elle de cote, que seriaõ ataa quinhentas lamças, lomdêis de fustaõ brãquo com cruces de Sam Jorge; e ell levava semelhavelmente outro de pano de syrguo bramquo. E com as outras gemte dos fidalgos podiaõ ser per todos dous mill, e levavaõ emtre cavalos e mulas e facs bem coremta, todas a destro, cubertas de duas armas e doutros corregimentos o melhor que se fazer pode, como aquell que se avia de ver cõ huû taõ nobre senhor com que nunca aimda vira. O Comdestabre, que dasoçeguo estava em Riba dOdiana quamdo se estas cousas começaram, quoamdo vio o recado dell Rey como o Duque hera em Guadaliza, e que porquamto cupria de se ver com elle lhe mandava que se fizese prestes, e se fose peraquell lugar huu aviam de ser as falas, trabalhou loguo de se coreger. E com certos cavaleiros e escudeiros bem coregidos e emcavalguados partio pêra alla. E achou ell Rey na Pomte da Barqua, que de sua vimda foy asaz ledto e o reçebeo muy bem. E imdo asy seu caminho da parte quem da Pomte do Mouro, o Duque pareçeo da outra parte, que vinha por par de Melgaço, que estava emtão por Castella. Ell Rey, quoamdo vio que o Duque asy vinha, pasou da parte alem, e açertaramse ambos em hũa ladeira. E ell Rey hia armado de todas as armas, que lhe não mimgoava senaõ o bacinete, e muitos dos seus daquella guisa. E os do Duque traziam cotas e braçaees com jorneas borladas e os outros farpadas, asaz vistosos e bem corregidos. E vinhaõ de mestura algûs gualeguos e castelaõs, dos que pêra ell vieram e receberam, por senhor. E aly se receberam, abraçamdose e fazemdose suas mesuras com prazer e lediçe; estiveram hû pouco falamdo, e deshy pasaramse aquê do rio, omde el Rey tinha suas temdas postas. E ally sedesarmaraõ e asemtaramse a comer ambos de huã parte, sem curare de parte direita nem esquerda, ca imda emtaõ não hera em huso, e asy os que vinhaõ sã o Duque. E era esto o primeiro dia do mes de Novembro em festa de Todos Samtos. E depois que comeraõ, foise o Duque pêra seu alogamêto homde do rio h~ua temda grande que fora dell Rey de Castella, tomada na batalha reall, e ally fazia ell Rey e o Duque depois seus comselhos.

¹ Fernão Lopes, Crónica de D. João, pág. 210 a 225.

O acordo entre o Rei e o Duque

As lianças e convenças que aly trautaram comtam algûs per desvairados modos, mas a verdade, que errar não pode, nos çertifiqua que foram desta guisa. Ell Rey e o Duque, com os Perlados e Baroês de sua falla, avemdo sobre esto conselho maduro, hordenaram amtre sy – que por bem e homrra de suas pessoas e estados de seus reinos, fosem ambos e seus sobçesores e povos a elles sogeitos boôs e leaês amiguos, sem maliçia nem emgano; e que esta liamça e amysade fose jumta e hunida, de guisa que se ajudem huû ao outro, e iso mesmo seus herdeiros, contra quoaês quer pessoas que comtestar quisesê seus reinos ou parte delles, tam cedo e triguosamemte como cada huû fazer podese. E que ell Rey de Portugall em esta cõquista porque o Duque hera vimdo, fose theudo de o ajudar, fazemdo guerra craramete contra o dethedor dos reinos de Castella, e que a tevese asy aberta cõtra elle e não cessar della per nehûa guisa, nem fazemdo com elle paz nê tréguas. E que esto se emtemdese em quoamto o Duque e seus sobçesores estivesem em esta terra por fazer tall comquista e comprila. E que esta guisa o dito Senhor Duque e seus herdeiros fizesem contra quoaes sua esposa e molher lidima, fazemdo lhe tal officio e o mais solene que se pode fazer.

Um noivo ... relutante?

Sabemos que D. Filipa de Lencastre foi conduzida ao Porto, tendo ficado instalada no Paço Episcopal.

D. Filipa de Lencastre era loura, de olhos claros, recatada e austera. Sobretudo crente muito fervorosa enquanto Rainha de Portugal.

D. João I viu-a pela primeira vez nesse Novembro de 1386, no Paço Episcopal. Conversou com ela na presença do Bispo. Trocaram presentes. Cada um ofereceu ao outro um relicário em ouro, guarnecido de pedras preciosas. Depois D. João I seguiu para Guimarães e D. Filipa permaneceu três meses na cidade do Porto, à espera do casamento.

Deste encontro até à cerimónia mediou um espaço de tempo talvez demasiado longo, que D. João I não deixou passar sem algumas evasivas. O cronista Froissart justificou a atitude do Rei como uma mera prudência política: preparando-se a França para invadir a Inglaterra, interessava confirmar se seria realmente proveitosa, para Portugal, a manutenção da aliança inglesa. Mas é em Fernão Lopes que, de facto, encontramos uma omissão impertinente: o cronista em lado algum se refere à beleza da prometida de D. João.

Por vezes, de lacuna em lacuna, constrói-se uma teia e dá-se corpo a uma teoria. Mas, neste caso, não deixa de ser intuitivo tentar a entrelinha naquilo que ela tem de mais humano e menos intelectualmente elaborado: – Será que Filipa de Lencastre era, simplesmente, feia?

Casamento

Geralmente afirma-se que o casamento teve lugar na cidade do Porto, em 02-02-1387. Contudo, confrontando a narrativa de Fernão Lopes com os preceitos da doutrina canónica sobre o casamento na Idade Média, somos forçados a ser um pouco mais precisos. O casamento real constava de bênçãos, bodas e consumação. Neste casamento as benções efectuaram-se, efectivamente, no dia 2 de Fevereiro, mas a cópula carnal só teve lugar no dia 14 do mesmo mês. Era a cópula que tornava o casamento «rato» (indissolúvel), razão pela qual, com maior precisão, podemos afirmar que D. João I e D. Filipa de Lencastre contraíram matrimónio na cidade do Porto, entre o dia 2 e o dia 14 de Fevereiro de 1387, da forma que passamos a expor:

O Rei decidira-se de véspera, em Guimarães, quando lhe lembraram a entrada da Quaresma e o informaram que, não se efectuando a cerimónia no dia seguinte, só poderia ter lugar oito dias depois da Páscoa. Cavalgou então toda a noite e chegou ao Porto pela manhã, encontrando o Bispo a aguardá-lo, já com as vestes pontifícias. A Infanta foi conduzida do Paço até à Sé, onde se tornou Rainha de Portugal. Ela tinha 28 anos, ele, 29.



Casamento de D. João I com a princesa inglesa D. Filipa de Lencastre, em 02-02-1387, na Sé do Porto.

Só então começaram os preparativos da festa, e só nesta altura D. João escreveu aos conselhos do reino dando conta do acto e das circunstâncias em que ocorreu. Entretanto D. Filipa continuava instalada no paço episcopal, enquanto D. João se detinha no mosteiro de S. Francisco.

A reconstituição de tudo quanto se passou no dia da consumação e da boda é possível, com ausência de muitos pormenores.

De uma forma geral, sabe-se que toda a cidade se atarefou em «*desvairados cuidados*» para esta festa. Improvisou-se uma grande praça entre S. Domingos e a rua do Souto, destinada exclusivamente a torneios e justas reservados a fidalgos e cavaleiros. As ruas, apinhadas de gente que dançava e folgava, tinham sido semeadas de «*desvairadas verduras e cheiros*».

Depois, no dia 14, o Rei foi buscar a Rainha aos paços do bispo, donde saíram lado a lado, cada um em cima de seu cavalo branco. Nas cabeças, coroas de ouro guarnecidas de pedras preciosas e aljôfar. D. João vinha vestido com panos de ouro; D. Filipa, «*outro tal mui*

nobremente guarnecida». O cortejo formou-se desde o paço episcopal até à Sé. À frente dos reis ia uma espécie de banda de música composta por pipas e trombetas que produziam grande alarido. Atrás deles iam, a pé, todas as pessoas notáveis. Era nesse grupo que seguia o arcebispo de Braga, segurando as rédeas do cavalo da Rainha. Depois eram as fidalgas e donzelas da cidade, que, como era hábito, entoavam cânticos. Mas, por todo a parte, o povo acotovelava-se sem qualquer ordem, já que a distância entre o paço episcopal e a Sé era, na realidade, muito curta.

Dentro da Sé, D. Rodrigo, bispo da cidade, acompanhado por muitos clérigos, preparava-se para abençoar pela segunda vez D. João e D. Filipa: pegou-lhes nas mãos e eles pronunciaram aquelas palavras que a Sagrada Escritura prescreve para este sacramento. Seguiu-se missa solene e sermão.

Finda a cerimónia os reis voltaram ao paço e, de seguida, saíram para o banquete. Por toda a cidade o povo comia e festejava. As mesas *«estavam guarnecidas de tudo quanto era necessário, não só aquela onde os noivos deviam estar, mas também as destinadas aos bispos e outras honradas pessoas, como fidalgos e burgueses, senhores e donzelas do paço e da cidade»*. O Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira, era o mestre-sala desta festa, enquanto as *«desvairadas iguarias»* e os *«desvairados manjares»* eram servidos por fidalgos e cavaleiros que, de bom grado, desempenhavam as funções de servidores de copa e de toalha. Enquanto durou a boda decorreram simultaneamente variadíssimos jogos. Por fim, todos dançaram.

À noite, o arcebispo de Braga e outros prelados, num novo cortejo de tochas acesas, aproximaram-se do leito nupcial. Benzeram-no. Depois, retirando-se um por um, deixaram ficar, sozinhos, os Reis de Portugal.

E por todo o país os festejos duraram quinze dias.

E esto foy dous dias de Fevereiro em festa da Purificação da Bemta Virgem, avemdo estomçe ell Rey vimte e nove años e a Ifamte sua esposa vimte e oito. E esto acabado, ordenou lguo ell Rey de fazer sua voda e tomar casa, de quinta feira seguinte a oito dias. E escreveo aas cidades e vilas de seu Reino quoamto lhe prouguera serem em sua festa presentes; e a nota das cartas que a todos emviava hiaõ em esta forma:

Nos el Rey vos enviamos muito saudar. Cremos que bem sabeis como avemos jurado e prometido de casar com a Ifamta dona Felipa, filha del Rey de Castela e Duque dAlencrasto. Ora estamdo nos em Guimarães prestes pêra seguir noso caminho, segumdo bem sabeis, fomos requerido per o dito Rey de Castella, seu padre, que a tomemos por molher, segumdo avemos com elle posto amte que desta terra partisemos, dizemdo que emtemde asy por serviço de Deus e sua homrra e melhor aderemcamento de seus feitos e nosos. E por quoamto Noso Senhor o Papa ja avia despemssado cõ nosquo que podeseamos casar, ouvemos sobre ello noso comsselho e foy acordado que casasemos com ella amte que partisemos desta terra. E nos por esto viemos loguo aquy a cidade do Porto, e fizemos cõ ella bemçoês oje que foy dia da Purificação de Santa Maria, porque se em este dia não foraõ feitas, não se poderaõ depois fazer alaa oito dias depois de Páscoa, segumdo ordenamça da Samta Igreja. E emtemdemos, prazemdo a Deus, de tomar nosa casa segumdo noso estado cumpre, desta quimta feira que vem a oito dias, que seraõ quatorze de Fevereiro. E sede certos que a nos prouguera muito dalgûs de vos serdes em esto e em toda aa outra cousa que fose feita por nosa honra, mas porque a nos cumpre de seguiremos loguo nosa guerra, abrevyamos o tempo em que se esta avia de fazer; e porque emtemdiamos que não podiades a ello vir per nenhûa guisa, podrem vos fazemos saber todo, porque somos certos que nos vos prazeraõ dello. Escrita etc.

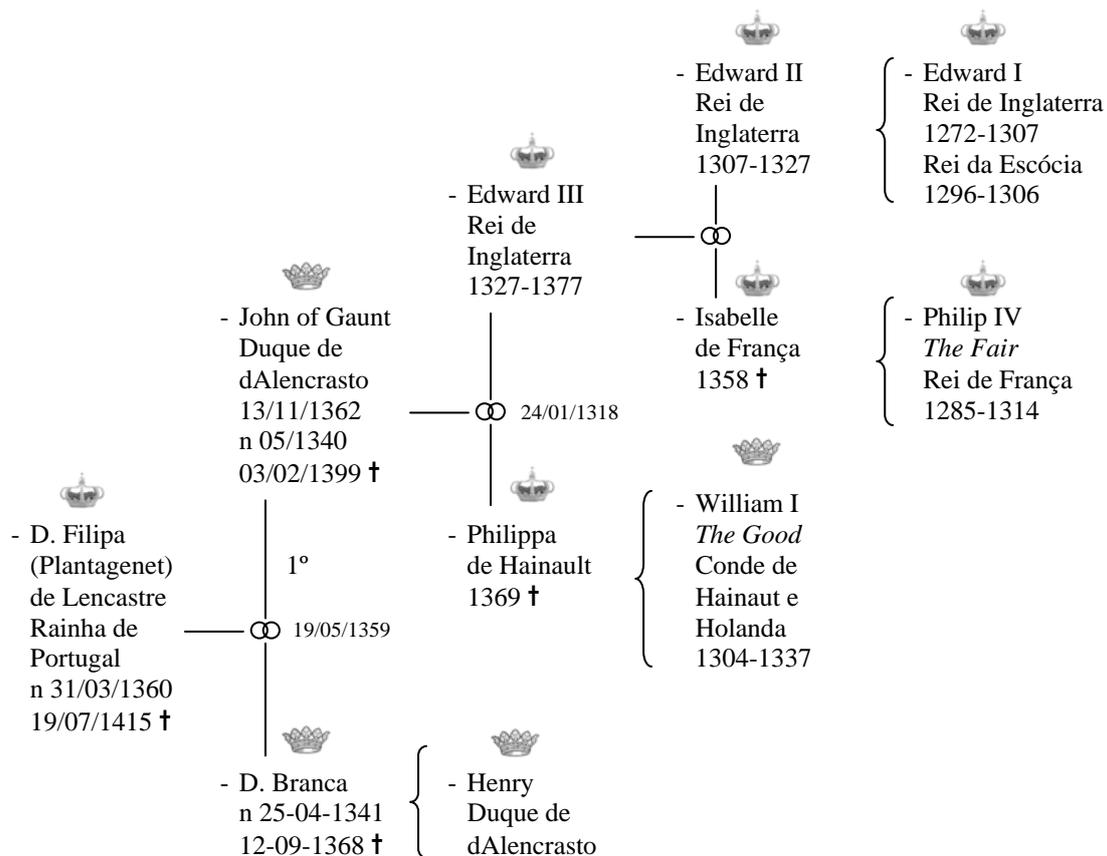
A ínclita geração.

Não obstante, este casamento só se tornou válido quatro anos mais tarde, altura em qu o Papa Bonifácio IX finalmente expediu a bula «Divina Disponente», pela qual desobrigou o monarca português dos votos da Ordem de Avis.

Entre os 28 e os 42 anos de idade, Filipa de Lencastre concedeu oito filhos, dos quais sobreviveram seis. Manteve sempre contacto com a corte inglesa e distribuiu, na sua casa, muitos cargos a conterrâneos. Do papel que desempenhou na educação dos filhos, bem como do ascendente que poderá ter exercido sobre o marido, pouco se sabe, embora muitas fantasias se tenham escrito sobre este assunto. É que, no fundo, é muito fácil confirmar tudo aquilo que a História não desmente. E quase se torna sacrílega a dúvida que, inconscientemente, possa ganhar forma num espírito menos conformado: Será que D. João amou D. Filipa? Será que D. Filipa amou D. João?

Ao sair de Inglaterra, a conjuntura trouxe-a a Portugal como a poderia ter levado a outro qualquer sítio. Defendia-se com um preceito que não era uma fatalidade, mas sim um pouco de partida vulgar, aceite e não dramático: o amor era apenas uma obrigação que a mulher sempre devia ao marido depois do casamento.

Ascendência de D. Filipa de Lencastre:

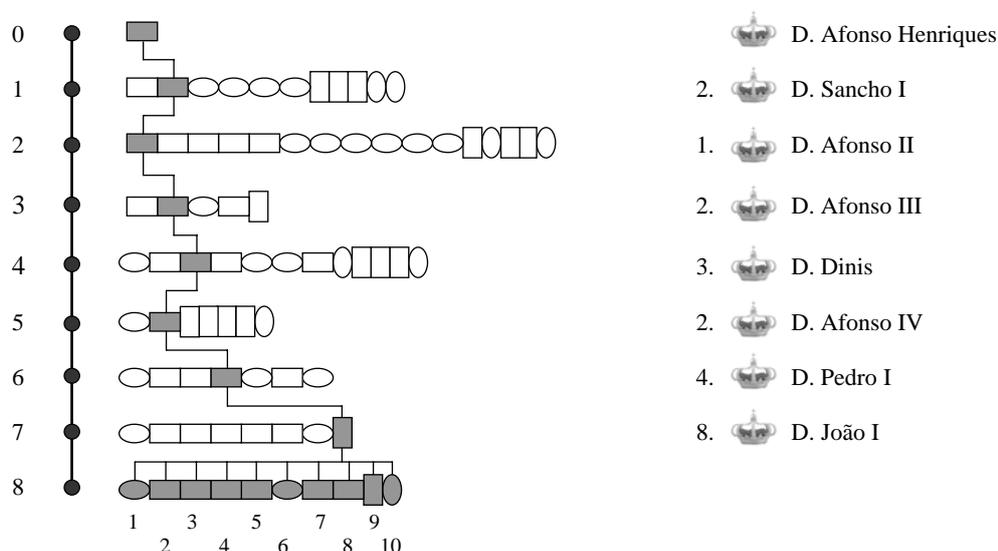


Faleceu em Odivelas, no ano de 1415, com 56 anos de idade, vitimada pela peste. Foi na véspera da partida para Ceuta.

Dela ficou D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. João, D. Fernando, D. Isabel, um rei de «Boa Memória» e as portas abertas para a época áurea da História de Portugal. Repousa no Mosteiro da Batalha, ao lado do marido.

A face oeste do túmulo foi danificada em 1810, pela razia das invasões francesas. Nessa face estava gravada a cruz e a insígnia da Ordem da Jarreteira, instituída por Eduardo III de Inglaterra, cujos dizeres porventura ainda hoje desafiam qualquer reticência inoportuna: «*Honni soit que mal y pense*».

Ascendência Portuguesa dos Lencastre



Filhos Legítimos:

- 1 Branca (faleceu criança)
- 2 Afonso (faleceu criança)
-  3 Duarte (D. Duarte)
- 4 Pedro (regente na menoridade de D. Afonso VI)
- 5 Henrique
-  6 Isabel (casou com D. Filipe, O Bom)
- 7 João
- 8 Fernando (o Infante Santo)

Filhos Ilegítimos:

-  9 Afonso (1º Duque de Bragança)
- 10 Beatriz



Fólio 12º

Fólio 12º da Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal:

(05/06/1507 – 07/11/1534)

O fólio 12º, o mais rico “*em iluminação e beleza do desenho*”², centra-se na figura coroada da Rainha D. Filipa de Portugal, sua ascendência e descendência.

No entrelaçar dos diversos ramos estão aqui representadas as alianças com a casa de Lancaster, a casa de Aragão, a casa de Borgonha, e, por esta, a de França e os Imperadores. Pretendeu-se também fazer a ligação com a casa de Caastela através de D. Constança mulher do Duque de Lancaster, João de Gaunt. Há aqui evedente erro, como em vários aspectos genealógicos desta tábua, já anotados por António de Aguiar³.

Semelhantemente ao que acontece com outros fólios, utilizaram-se letras como elemento ornamental do vestuário de algumas personagens (no chapéu de D. Constança de Inglaterra, na coifa de D. Leonor de Aragão, no manto de D. Leonor de Portugal e no peito da imperatriz D. Leonor) e como elemento decorativo do coxim de D. Filipa.

Os reis, rainhas, imperadores e imperatrizes estão de coroa, assente ou não directamente sobre a cabeça. De notar que as coroas imperiais são todas fechadas e as régias abertas, de acordo com o *Staatsymbolik* da época⁴. Observe-se ainda que o imperador Frederico ostenta na mão esquerda o globo encimado pela cruz, insígnia própria dos Césares⁵. A imperatriz Maria, filha do *Temerário* e mulher de Maximiliano, empunha o ceptro.

No capítulo das armas, vêm-se espadas desembainhadas (de mão e meia, a de João de Lancaster ou Alencastro, flamejante⁶, a do rei João de França, curtas, as dos imperadores Frederico e Maximiliano) e embainhadas (de lansquenete⁷, a do rei Henrique de Lancaster e indefinida, a de Carlos o *Temerário*); alabardas curtas (Filipe o *Ardido* e o duque Filipe de Borgonha); e uma adaga de orelhas, especial da Península⁸ (Infante D. Fernando). Em D. João, rei de Aragão, e no duque João de Borgonha distingue-se o punho de uma arma cuja identificação não se afigura isenta de dúvidas (espada? Punhal?). Também Carlos o *Temerário*, além da espada, tem uma arma na mão direita, da qual só se vê a ponta do cabo.

Este fólio apresenta dois aspectos que merecem ainda alusão. Em primeiro lugar, a bordadura lateral também é preenchida com tronco genealógico de certo modo ligado ao do corpo. Em segundo lugar, a bordadura inferior, com três espaços, ficou em branco.

² Frederico Francisco de la Figanière, *Catalogo dos Manuscritos Portuguezes Existentes no Museu Britannico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, pág. 274.

³ António Aguiar, *A Genealogia Iluminada do Infante D. Fernando por António de Holanda e Simão Bening*, *Estudo histórico e crítico*, Lisboa, ed. do Autor, 1962, pág. 108 e 109.

⁴ Cfr. Percy E. Schramm, *Las Insígnias de la Realeza en la Edad Media EWspañola ...*, *passim*.

⁵ Cfr. Martim de Albuquerque, *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa, I.S.C.S.P.U., 1968, p. 361.

⁶ Paulo Martin, *Armes et Armures de Charlemagne à Louis XIV*, pp. 193-195.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ João Luís da Fonseca, “*Os Painéis chamados de S. Vicente*”, in *Magazine Bertrand*, Janeiro de 1927, pp. 83 e segs.



Fólio 13º

Fólio 13º da Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal:

(05/06/1507 – 07/11/1534)

O fólio 13º, o único que se encontra por ultimar, tem nítidos vestígios de água, sendo legítimo admitir tratar-se da folha que vem mencionada por Damião de Góis, numa das cartas ao Infante, como a que chegou a Flandres “*per huum cabo toda molhada e gastada dagoa*” e que se iria “*correger [...] o melhor [...] possyvel*”. Aguiar não relaciona, de todo em todo, as manchas deste fólio com o informe da carta de Góis, lamentando antes que o Museu Britânico não se disponha a tirar as folhas das molduras a fim de permitir a determinação do fólio deteriorado⁹. Por outro lado, aquele autor confunde, manifestamente, o fólio molhado com o fólio que constitui “*ho começo do lyuro*”.

Ao fólio molhado se refere a carta de Góis de 22 de Agosto de 1530, nela se lendo que se irá corrigi-lo o melhor que for possível. E ao fólio do começo alude a carta de 28 do mesmo mês e ano, ou seja, uma carta apenas datada seis dias depois, como estando pronto para ser remetido pela armada. É impossível que neste espaço de tempo se houvesse reparado e iluminado uma folha. Podemos mesmo duvidar que, a despeito das apregoadas intenções de a restaurar, se tenha chegado a fazê-lo. Segundo o fólio 13º, como julgamos, o fólio danificado na viagem, em tal facto poderá residir o ter-se acabado por, simplesmente, o substituir.

É certo que Aguiar pôs em evidência a superioridade de concepção do fólio 12º em relação ao fólio 13º, para daí inferir que este fora abandonado por não corresponder ao que se esperava¹⁰. De facto, existem diferenças na concepção, arrumo e número das figuras, mas uma vez que, devido aos estragos, se decidia desenhar de novo a folha, era também natural que fosse melhorada no segundo desenho.

Reynaldo dos Santos perfilha também a ideia de que o fólio 13º é o molhado e que, por semelhante razão, se fez novo fólio (o 12º)¹¹.

Tanto Figanière como este crítico de arte evidenciam a importância do fólio 13º precisamente por não estar pintado, importância que também nós sublinhamos, pelos mesmos motivos.

“Esta taboa – transcrevemos Frederico de la Figanière – é só um esboço feito com penna e tinta antes de distribuir as cores; mas o desenho é de muita perfeição, e feito com o maior esmero; parece muito provavel que este fosse o primeiro plano para a taboa nº 10, [aliás 13º na numeração que se vem seguindo] e que foi abandonado para fazer a outra [...] porque quasi todos os retratos são os mesmos, postos, comtudo, em posição inversa; os retratos da orla nem se começaram, mas acham-se os outros 16 retratos com a diferença (além da posição inversa já referida), que nesta taboa ha alguns retratos que não existem na precedente, e vice versa como, por exemplo, os Reis D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II. Esta taboa não deixa comtudo de ser curiosíssima, por isso que revela o processo que se seguia na

⁹ António Aguiar, *A Genealogia Iluminada do Infante D. Fernando por António de Holanda e Simão Bening, Estudo histórico e crítico*, Lisboa, ed. do Autor, 1962, pág. 179.

¹⁰ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, P. 2, c. 19 [= ed. cit., 1953, II, p. 65].

¹¹ Frederico Francisco de la Figanière, *Catalogo dos Manuscritos Portuguezes Existentes no Museu Britannico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, pp. 268-279.

*execução desta obra prima, e neste sentido é talvez tão preciosa como as outras*¹².

E Reynaldo dos Santos: *“Foi [...] a única vez em que se pôde surpreender um desenho de Holanda sem estar ainda coberto pela iluminura de Bening”*¹³.

¹²Joaquim de Vasconcelos, *Albrecht Durer e a sua Influência na Península*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 152, nota 3: *“Bening foi discípulo de Gerhard Horebout [...] e de Goswin van der Weide. Em outra ocasião ilustraremos a relação em que está S. Bening com o Simon Portugaloy de Wauters e Harzen, e o mestre Simão de que fala Francisco de Holanda (Racznski, Arts, p. 55). Ninguém se lembrou até hoje entre nós, de apontar sequer esta importante questão, nem Raczynski mesmo nem ainda o Sr. Figanière, p. 270, nota”*. Estas palavras de Joaquim de Vasconcelos foram interpretadas por António de Aguiar como significando que aquele ilustre historiador sugeria que o mestre Simão podia ser Simão Portugaloy. Cfr. *A Genealogia ...*, p. 118. Contudo, a forma como se exprimiu Joaquim de Vasconcelos, sobretudo conjugada com a afirmação do mesmo Joaquim de Vasconcelos e imediatamente anterior, de que a arvora dos Reis de Portugal ewra *“obra de Simão (Bening, Bering, Benichius)”* deixa margem de dúvida quanto ao que ele pretendeu exactamente significar.

¹³Reynaldo dos Santos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1970, III, pág. 312.

Resumo do reinado de D. João I

D. João I logo depois da sua aclamação tratou de subjugar as províncias do norte que se mostravam afectas ao domínio estrangeiro, e de se preparar para resistir a uma temível invasão castelhana, porque D. João de Castela fez entrar em Portugal numerosas tropas que foram batidas em Trancoso pelos portugueses, comandados por Martim Vasques da Cunha e Gonçalo Coutinho.

Pouco depois o próprio Rei castelhano, invadiu o reino, entrando pela Beira com um formidável exército em que apareceram as primeiras peças de artilharia, vistas em Portugal e marchou sobre Leiria. Mas D. João I, acompanhado por D. Nuno Álvares Pereira, já então nomeado condestável, e pelos seus mais brilhantes cavaleiros, saiu ao encontro dos inimigos, e a 14-08-1385 deu-se a memorável batalha de Aljubarrota em que os castelhanos foram completamente derrotados e o valor dos soldados portugueses adquiriu fama imortal¹⁴.

Por isso, Aljubarrota recordará sempre uma das mais Formosas páginas da história militar de Portugal.

Em seguida entrava o condestável em Castela e ganhava em Valverde nova vitória sobre os castelhanos que daí por diante não puderam já dar qualquer outro combate sério nesta guerra, até que a paz se assentou entre os dois países em 1411, a qual todavia, só depois de muitas tentativas e tréguas foi definitivamente firmada em 1431.

Consolidada a independência nacional, D. João I ocupou-se no desenvolvimento interno do país que elevou a alto grau de prosperidade.

Não esquecendo que do seio da representação nacional saíra eleito, foi este monarca muito solícito em recorrer ao voto da nação, reunindo vinte e três vezes as cortes¹⁵.

Rei essencialmente afável e generoso, soube merecer o afecto do povo pelo seu constante cuidado em lhe promover os interesses e respeitar-lhe as liberdades, reprimindo com energia os abusos do clero e os excessos da nobreza^{16, 17}, sem todavia deixar de ter em muitas estimas os fidalgos dedicados e briosos.

Ordenou que se fizesse a reforma e compilação das leis, obra em que trabalharam vários juristas, e só veio a publicar-se no reinado de D. Afonso V. Deu grande incremento à centralização monárquica, já generalizando as sisas e impondo ao reino uma organização tributária uniforme, já vulgarizando entre nós o direito romano, base do poder real ilimitado e absoluto, sendo sempre o insigne jurista João das Regras o seu braço direito durante a paz pelo conselho e pela palavra, como D. Nuno Álvares Pereira o fora durante a guerra pelo valor e pela espada.

Na vida particular a corte deste soberano tornou-se um modelo de honestidade e de virtude; foi uma escola. Tendo casado com uma senhora inglesa, D. Filipa de Lencastre, virtuosa e austera princesa que fora exemplar das mais educadoras, o Rei teve a felicidade de se ver

¹⁴ «A batalha de Aljubarrota, diz Schaefer, foi de certo a mais memorável que se deu entre cristãos na Península. A grande superioridade do Rei vencido e as diminutas forças do vitorioso; dois chefes jovens (o Rei com apenas 27 anos, o condestável com 24 anos) a baterem-se contra comandantes experimentados e distintos em brigas anteriores. [...] a sucessão de dois reinos e novamente a independência de Portugal; tudo isto assegura à batalha de Aljubarrota o interesse do futuro.» História de Portugal, Tradução de Assis Lopes, Volume II, pág. 111.

¹⁵ Gama Barros, História da Administração Pública, Tomo I, pág. 566.

¹⁶ Gama Barros, História da Administração Pública, Tomo I, pág. 354 e 464.

¹⁷ Rebello da Silva, História de Portugal dos Séculos XVII e XVIII, Tomo X, pág. 345.

rodeado de numerosa e insigne descendência que lhe aumentou o renome¹⁸: D. Duarte, depois o rei eloquente, D. Pedro, o hábil político e estadista, D. Henrique, o infatigável iniciador dos descobrimentos marítimos, D. Fernando, o infante santo ou príncipe constante, D. João, homem ilustríssimo, todos celebres pelas suas eminentes qualidades e pela parte que tiveram nas glórias portuguesas.

Impulso dados às conquistas e aos descobrimentos

Também D. João I teve a glória de inaugurar o florescente período das conquistas e descobrimentos de além-mar, para o que muito contribuíram os esforços de seus filhos que igualmente desejavam ilustrar-se.

E 1415, o Rei com uma poderosa armada acometeu e tomou aos mouros a praça de Ceuta, onde logo se distinguiram por sua notável bravura D. Duarte e D. Henrique. E assim por meio de uma vitória alcançada em poucas horas, D. João I abriu caminho a outros mais vastos projectos que deram a Portugal uma época de esplendor e predomínio¹⁹.

Voltando de Ceuta, o Infante D. Henrique, homem de vasto saber e preocupado com a ideia de alargar o conhecimento do mundo, estabeleceu-se em Sagres, onde fundou uma escola para estudos de náutica e cartografia²⁰; e decidiu-se a enviar todos os anos alguns navios a tentar explorações para o sul. Assim, sob os auspícios deste príncipe, se descobriu em 1418 a ilha de Porto Santo; em 1419 a ilha da Madeira; em 1422 dobrou-se o cabo Não, primeiro obstáculo, que segundo a lenda se opunha ao arrojo dos navegantes, e se mandaram expedições a outras terras, como se verá nos reinados seguintes.

D. João I, em 1422, ordenou que dali em diante, em lugar da era de César, se fizesse em todos os documentos uso da era de Cristo, 38 anos mais moderna do que aquela²¹. E depois do mais brilhante reinado que teve Portugal, faleceu o Rei de Boa Memória em 1433. Os seus restos mortais repousam ao lado dos de seus filhos no majestoso templo da Batalha que ele mandou levantar em memória da célebre batalha de Aljubarrota, e que é ao mesmo tempo um dos mais formosos monumentos artísticos da Europa, ao qual ficou ligado o nome do insigne architecto Afonso Domingues²².

Distinguiram-se neste reinado: Mem Rodrigues de Vaconselos, Martim Vasques da Cunha, Gonçalo Coutinho e especialmente o insigne jurisconsulto João das Regras e D. Nuno Álvares Pereira, o santo condestável que depois de ter servido a pátria e o rei gloriosamente, nos últimos anos da sua vida dedicou-se Sá a obras de piedade e de beneficência e foi acabar os seus dias no convento do Carmo de Lisboa que havia fundado, falecendo em 1431²³.

¹⁸ «*Inclyta geração, altos infantes*» Camões, Lusíadas, C. IV, V. 50.

Sobre o carácter e os méritos destes infantes deve ler-se a excelente obra de Oliveira Martins, Filhos de D. João I.

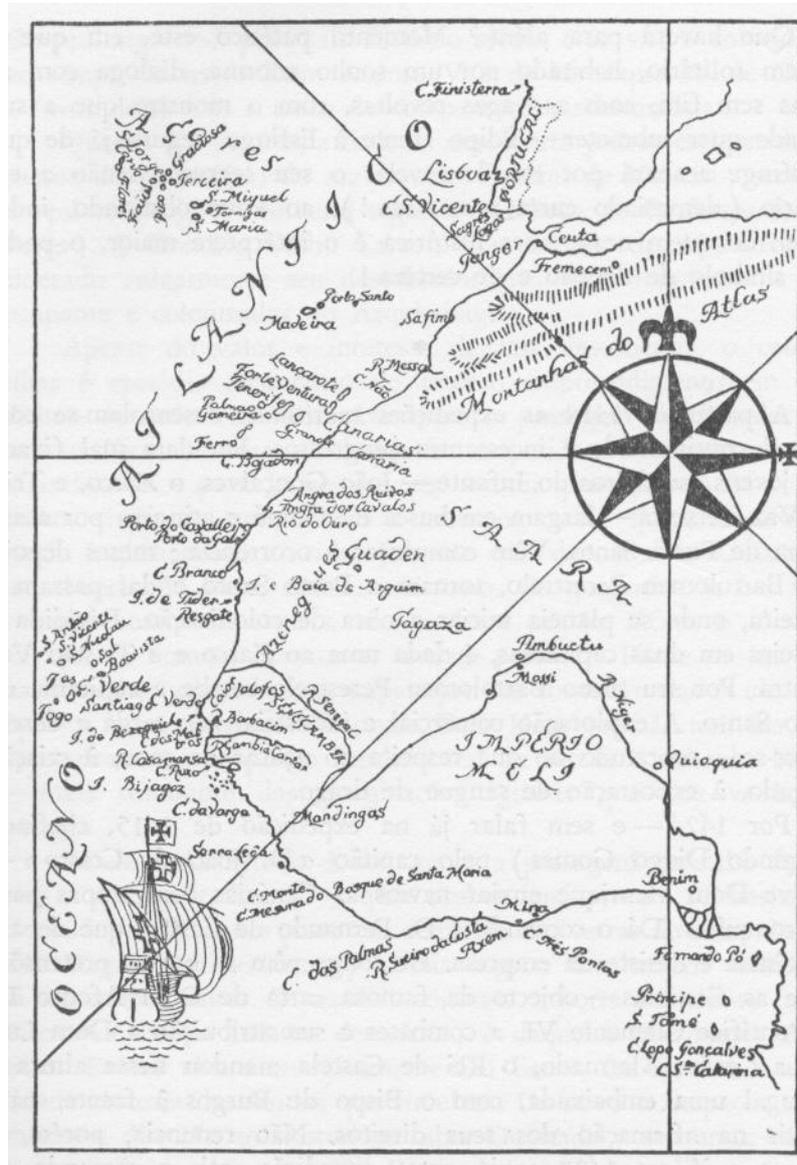
¹⁹ Sobre a conquista de Ceuta veja-se Oliveira Martins, Os Filhos de D. João I, desde pág. 27 a 58 e Silveira da Mota, Quadros da História Portuguesa, desde pág. 85 a 97.

²⁰ Oliveira Martins, Os Filhos de D. João I, pág. 72.

²¹ Oliveira Martins, Os Filhos de D. João I, pág. 16.

²² Alexandre Herculano, Lendas e Narrativas, Tomo II, A Abóbada, pág. 215 a 292.

²³ No Panorama, Vol. I a pág. 4 lê-se uma notícia, ainda que sucinta, mas interessante a respeito do Convento do Carmo em Lisboa.



A parte da costa ocidental africana percorrida pelos navegadores portugueses no tempo do Infante D. Henrique.